



## **PROJECTO "AS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS APÓS A GUERRA FRIA"**

PTDC/SDE/70916/2006

### **INQUÉRITO À POPULAÇÃO PORTUGUESA SOBRE DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

#### **RESULTADOS GLOBAIS**

Helena Carreiras

**Outubro de 2009**

## **1. APRESENTAÇÃO E OBJECTIVOS DO ESTUDO**

O inquérito à população Portuguesa que aqui se apresenta incide sobre Defesa e Forças Armadas e insere-se no âmbito de um projecto em curso no CIES/ISCTE, intitulado “As Forças Armadas Portuguesas após a Guerra Fria”. Trata-se de um projecto financiado pela FCT pelo período 2007-2010 que visa estudar, de um ponto de vista sociológico, as transformações ocorridas nas Forças Armadas Portuguesas durante as últimas duas décadas.








Face às profundas mudanças que durante este período têm vindo a registar-se no plano geopolítico internacional, do ponto de vista da redefinição das questões de segurança, da natureza das ameaças e das missões militares, o projecto tem um duplo objectivo: por um lado, descrever, compreender e avaliar a forma como as Forças Armadas Portuguesas tem vindo a ajustar-se estrutural e culturalmente a este novo cenário, por outro lado, analisar a relação entre as Forças Armadas e a sociedade Portuguesa.

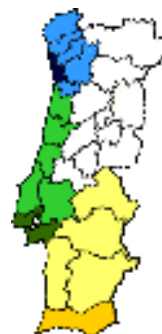
É neste último âmbito que se enquadra este inquérito por questionário que tem como objectivo analisar as percepções da população Portuguesa sobre questões de defesa e Forças Armadas. O inquérito inclui 4 módulos: um deles incide genericamente sobre defesa e percepção de ameaças, o segundo especificamente sobre as Forças Armadas Portuguesas, um terceiro sobre identidade nacional e defesa e um quarto de caracterização sociográfica.

## **2. METODOLOGIA**

A informação foi recolhida entre os dias 18 de Fevereiro e 11 de Março de 2009 e obtida através de entrevista directa e pessoal, com base em questionário elaborado pela equipa do Projecto “As Forças Armadas Portuguesas após a Guerra Fria”, CIES- ISCTE e adaptado e aplicado pela GFK.

O universo é constituído por indivíduos com 15 e mais anos, residentes em Portugal Continental e a amostra por 1 535 entrevistas com a seguinte distribuição, proporcional, por região GFK Metris:

Região GfK Metris	Entrevistas	Legenda
Norte Litoral	277	
Grande Porto	187	
Interior	251	
Centro Litoral	246	
Grande Lisboa	428	
Alentejo	91	
Algarve	55	



**Total 1.535**

Os respondentes foram seleccionados através do método de quotas, com base numa matriz que cruzou as variáveis sexo (2), idade (6), instrução (3), região (7) e habitat/dimensão dos agregados populacionais (5). O cruzamento destas variáveis garante uma distribuição proporcional da amostra em relação à população portuguesa em geral, tendo as quotas sido definidas de acordo com os dados do Recenseamento Geral da População (2001) do Instituto Nacional de Estatística (I.N.E.).

A margem de erro é de  $\pm 2,51$ , para um grau de confiança de 95%.

### 3. SÍNTESE DOS RESULTADOS

**Nota metodológica:** Para além das questões cujas respostas se apresentam em percentagens, uma maioria de outras questões usa uma escala de resposta 0-10 em que 0 se refere sempre ao nível mais baixo (de concordância, interesse, etc....) e 10 ao nível mais elevado. Nestes casos, os resultados entre parênteses são médias.

#### A. DEFESA DE PORTUGAL E DA UNIÃO EUROPEIA

##### ▪ **Percepção de ameaças**

O problema que os Portugueses consideram poder vir a afectar mais a segurança do país nos próximos tempos é 'uma grave crise económica mundial' (8.42), seguido pelo 'crime organizado' (7.92), e 'actos terroristas' (6.80), sendo também os problemas que mais os preocupam no plano pessoal. Os problemas que se considera que afectarão menos a segurança do país e que menos preocupam pessoalmente os inquiridos são os 'conflitos étnicos e religiosos', 'as guerras entre estados' e a 'guerra civil'.

##### • **Defesa de Portugal...**

A situação que se considera mais adequada para assegurar a defesa de Portugal é a existência de "Forças Armadas próprias, sob o controlo do Estado Português, com a participação em alianças de defesa" (32,4%), ou mesmo a existência de "Forças Armadas próprias, sob o controlo do Estado Português, sem participação em alianças com outros Países" (28,6%). As hipóteses de ter Forças Armadas apenas sob controlo de organizações e instâncias internacionais não recolhe adesão significativa.

Relativamente às situações que Portugal deve permitir para respeitar os compromissos de uma aliança de defesa, as mais referidas de entre as hipóteses propostas são a "instalação de bases militares estrangeiras no território nacional, incluindo Açores e Madeira" e o "envio de tropas Portuguesas para o estrangeiro", com 43,1% e 29,5% de concordância respectivamente.

##### • **...e da União Europeia**

Os Portugueses concordam moderadamente com a criação de uma força militar comum aos países da União Europeia (6.93) e consideram que a melhor opção para garantir a defesa militar da União Europeia seria a criação de "uma força militar Europeia de reacção rápida permanente, para além das Forças Armadas nacionais" (43,3%), seguindo-se "uma força militar Europeia de reacção rápida, a ser reunida só quando necessário, para além das Forças Armadas Nacionais" (35,1%). Apenas 5,7% concordam com a possibilidade da criação de "uma força militar europeia em substituição das Forças Armadas nacionais".

Quanto às possíveis missões a ser realizadas por uma força militar dos países da União Europeia, em média as mais indicadas são "garantir a paz na UE" (8.49), "defender o

território da UE, incluindo Portugal” (8.33) e “evacuar cidadãos Europeus que estão em áreas de conflito” (8.00). Participar em missões de paz noutras partes do mundo, sem aprovação das Nações Unidas é a possibilidade que reúne menor concordância.

#### **Síntese Bloco A – Defesa de Portugal e da União Europeia**

Os Portugueses estão sobretudo preocupados com a crise económica e com o crime organizado e moderadamente preocupados com um conjunto de outras ameaças de tipo não militar. Relativamente à organização da defesa do país, legitima-se o envolvimento em alianças internacionais (embora com diferenças de opinião no que diz respeito aos compromissos que isso pode envolver), bem como a organização de uma força militar europeia, mas sempre em complemento das Forças Armadas nacionais. Há contudo uma percentagem significativa de inquiridos que subscreve uma atitude mais isolacionista (29,5%) preferiria não envolvimento em alianças de defesa).

### **B. FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS**

- **Necessidade e importância das Forças Armadas**

A maioria dos inquiridos (83,2%) considera que as Forças Armadas são necessárias e apenas 2,7% que as “Forças Armadas são desnecessárias e deveriam ser extintas”.

Em média, atribuem muita importância ao papel das Forças Armadas para a Defesa Nacional (8.17) sendo a instituição em que mais confiam (uma confiança moderada, apesar de tudo: 6.98), seguindo-se as “Nações Unidas” (6.47) e a “Pólicia” (6.46). As instituições ou actores colectivos em que menos confiam são os “Políticos” (3.39) e os “Partidos Políticos” (3.35).

- **Conhecimento, interesse e informação sobre as Forças Armadas**

Os Portugueses falam muito pouco com familiares e amigos sobre temas relacionados com as Forças Armadas, a defesa ou outros assuntos militares (3.31), seguem com interesse moderado a baixo os assuntos relacionados com a defesa nacional e as Forças Armadas nos meios de comunicação social (5.11) e consideram baixo o seu grau de conhecimento sobre as Forças Armadas Portuguesas (3.80).

Isto reflecte-se claramente no elevado nível de não-respostas a muitas das questões colocadas e em aspectos como, por exemplo, a percepção da dimensão real dos efectivos das Forças Armadas: mais de metade dos inquiridos não soube ou não quis responder (55,7%) e cerca de ¼ (25,8%) considera que essa dimensão é mais elevada do que na realidade é: 14,7% situa-a entre os 40 000 e os 60 000; 6,6% entre os 60 000 e os 80 000

e 3,5% em mais de 80 000). Dos restantes, 13,6% situa-a entre os 20 000 e os 40 000 e 5,7% entre 1 000 e 20 000.

Para 49,8% dos entrevistados essa dimensão é adequada, 26,1% considera-a insuficiente e 13,3% excessiva.

- **Missões das Forças Armadas**

Os inquiridos consideram que as Forças Armadas podem ocupar-se de um conjunto variado de missões, desde a missão clássica e constitucional de “defesa do território nacional em caso de agressão ou ameaça externa”, à “prevenção e combate ao terrorismo”, a uma panóplia de missões de serviço público (de protecção civil e apoio às populações), a missões de paz no exterior e até mesmo ao “apoio às forças policiais na manutenção da ordem pública”. A missão que em média reúne uma menor concordância é “preparar guerras e combater contra outros estados” (5.73).

Manifesta-se elevada concordância com a participação dos militares Portugueses em missões internacionais de paz (7.81) e considera-se que existe uma variedade de motivos que justificam essa participação, com destaque para a defesa da democracia e dos direitos humanos (8.02), “contribuir para a paz e segurança mundiais” (7.90) e “defender os interesses dos Portugueses” (7.77). Existe, pois, um apoio simultâneo a justificações altruístas e de interesse nacional.

- **Orçamento da Defesa**

Quando solicitados a manifestar a sua opinião sobre o orçamento destinado anualmente em Portugal para a Defesa Nacional e as Forças Armadas, salienta-se que 45,5% dos entrevistados não tem opinião, 26,4% considera-o “adequado”, 17,3% “insuficiente” e 10,6% “excessivo”. Destaca-se, assim, o facto de aqueles que têm opinião tenderem a considerar o orçamento adequado ou insuficiente e ser baixa a percentagem dos que o considera excessivo. Contudo, a possibilidade de atribuição de mais dinheiro dos orçamentos da defesa para a manutenção das Forças Armadas reúne uma concordância média relativamente baixa (junto ao centro da escala: 5.73).

- **Profissionalização das Forças Armadas**

Os inquiridos apoiam a opção pelo serviço militar exclusivamente voluntário concordando com a ideia de que “a profissionalização é a melhor solução possível para que as Forças Armadas possam cumprir eficazmente as novas missões que lhes são pedidas” (7.59), quer porque os jovens não querem cumprir o serviço militar obrigatório, quer porque os desenvolvimentos tecnológicos das Forças Armadas e a preparação técnica que requerem assim o exigem. Embora mais baixa, regista-se também concordância com a ideia de que o

Serviço Militar Obrigatório permitia dar uma formação cívica aos jovens que agora deixa de ser possível assegurar.

No caso de o número de voluntários para o serviço militar não ser suficiente para suprir as necessidades das Forças Armadas, os Portugueses defenderiam sobretudo, embora com moderação, a hipótese de "aumentar o vencimento dos militares para tentar obter mais voluntários" (6.77), não apoiando a possibilidade de voltar ao SMO (4.98), e discordando da hipótese de recrutar estrangeiros legalmente residentes em Portugal (4.67), ou de "recrutar, através de agentes autorizados, cidadãos de quaisquer outros países" (3.62).

- **Formação e emprego nas Forças Armadas**

A imagem positiva das Forças Armadas em termos gerais é reforçada por uma concordância elevada com um conjunto de afirmações sobre a sua actuação em termos concretos, bem como pelas oportunidades de formação e emprego que oferece.

A grande maioria dos inquiridos (88,7%) concorda que 'a actuação das Forças Armadas contribui muito para o prestígio internacional do País', que "os militares têm boas oportunidades de obter formação profissional" (88,0%) e que "as Forças Armadas são eficazes no cumprimento das suas missões" (86,8%). Maiorias expressivas em torno dos 70%-80% concordam também com a ideia de que 'a formação que as Forças Armadas ministram é útil para o mercado de trabalho', que 'um emprego nas Forças Armadas é atractivo', e que se trata de um emprego mais exigente que um emprego civil. Embora concordando com a ideia de que as Forças Armadas dispõem dos meios técnicos necessários ao desempenho das suas missões (67,5%), este é o aspecto que mais discordância (17,7%) e maior número de não-respostas suscita (14,8%).

Já quanto à carreira nas Forças Armadas (relativamente aos militares que estão no quadro permanente, excluindo os contratados) existe uma elevada concordância com as ideias de que "ter uma carreira militar é estar ao serviço da pátria" (94,1%) e de que "a carreira militar dá prestígio" (89,5%), ou de que 'os militares são pessoas sérias e honestas' (77,7%). As opiniões dividem-se mais relativamente à afirmação de que "os militares tem mais regalias que os funcionários públicos" onde se verifica uma elevada taxa de não-respostas, (26,7%), com 50,6% dos inquiridos a concordar e 22,8% a discordar. Embora um emprego nas Forças Armadas seja considerado seguro por 71,7% dos inquiridos, há ainda 22,7% que discorda. Da mesma forma, se 56,9% o considera bem pago, 23,3% discorda dessa apreciação.

Estas hesitações relacionadas com os aspectos materiais poderão explicar porque é que, embora uma percentagem significativa dos inquiridos recomendasse sem dúvida nenhuma o emprego nas Forças Armadas a um familiar ou amigo (38,9%), 27,4% só o fizesse caso ele(a) não tivesse outra alternativa profissional e 24,0% não recomendasse de todo.

Entre os que afirmam que recomendariam, 31,6% indicaria a Força Aérea, 25,8% a Marinha e 23,3% o Exército. Salienta-se aqui, contudo, uma taxa significativa de 19,4% que “não tem opinião”.

- **Ramos das Forças Armadas**

Embora muitos dos inquiridos não se pronunciem quando solicitados a apreciar os ramos das Forças Armadas relativamente a diversas características (em percentagens que rodam os 20%), a avaliação feita é globalmente positiva, sobretudo para a Força Aérea mas com valores próximos para os três ramos, verificando-se contudo algumas oscilações:

- Em termos da preparação técnica que oferece aos seus militares: o valor médio mais elevado é atribuído à Força Aérea (7.80) e o mais baixo ao Exército (7.23) (Marinha: 7.50);
- Em termos da preparação cívica que oferece aos seus militares: o valor médio mais elevado é atribuído à Força Aérea (7.72) e o mais baixo ao Exército (7.37) (Marinha:7.56);
- Em termos de equipamentos e meios materiais: o valor médio mais elevado é atribuído à Força Aérea (7,30) e o mais baixo ao Exército (6.79) (Marinha: 7.11);
- Em termos da proximidade em relação à população: o valor médio mais elevado é atribuído ao Exército (6.74) e o mais baixo à Marinha (5.71) (Força Aérea:5.81).

Salienta-se aqui que a “proximidade em relação à população” é o aspecto que reúne os valores médios mais baixos (destacando-se apesar de tudo o Exército pela positiva).

- **Prestígio da profissão militar**

Quando solicitados a avaliar o prestígio de várias profissões em Portugal, constatamos que, em média, é à profissão de médico que os inquiridos atribuem um maior prestígio (8.72), seguindo-se as profissões de bombeiro (7.92), juiz (7.90), engenheiro (7.58), professor (7.43) e militar (7.30). Os militares encontram-se, pois, a meio de lista apresentada, com um significativo nível de prestígio, o qual se eleva à medida que se sobe na hierarquia.

- **Mulheres nas Forças Armadas**

Os inquiridos manifestam elevada concordância com a entrada das mulheres nas Forças Armadas (7.59) e também concordariam com a opção militar por parte de uma filha ou uma irmã, embora com menos convicção (6.67).

Este resultado é reforçado pelo facto de 48,8% dos inquiridos afirmar que a presença de mulheres militares traz vantagens à Instituição e 53,5% considerar que esta devia procurar recrutar mais mulheres.

Quando inquiridos sobre o tipo de tarefas que deveriam desempenhar as mulheres militares, as opiniões distribuem-se por um grupo mais alargado daqueles que indicam todas as tarefas incluindo as de combate (47,7%), outro que defende que devem ser apenas as tarefas de



apoio logístico e técnico (20,7%) e um terceiro que considera que deviam ser tarefas de apoio logístico e técnico e tarefas operacionais, mas sem combater (16,4%).

Os inquiridos que consideram que as mulheres militares não deveriam combater (37,3%), apontam como razões para essa exclusão o facto de “em situações de combate as mulheres podem ser feitas prisioneiras e sofrer abusos” (7.31), “as mulheres não são tão facilmente mobilizáveis como os homens devido à gravidez” (6.89) e “as mulheres não deviam combater porque isso vai contra a sua natureza feminina” (6.28).

Uma percentagem significativa dos respondentes não sabe qual a percentagem de mulheres nas Forças Armadas (38%), e 42,3% pensa que esta é bastante menor que na realidade.

- **Direitos dos militares**

Em média, os entrevistados concordam que “os militares devem ter os mesmos direitos que os outros cidadãos” (7.81), mas também concordam, embora de forma menos expressiva, com a ideia de que “há restrições aos direitos dos militares que são necessárias para garantir a disciplina e coesão das Forças Armadas” (6.97) e que “há restrições aos direitos dos militares que são necessárias para garantir a neutralidade política das Forças Armadas” (6.98).

Verifica-se uma concordância moderada relativamente ao exercício de determinados direitos por parte dos militares: “os militares devem poder ter liberdade de expressão em termos políticos” (6.76) e “os militares devem poder ter sindicatos próprios” (6.30). A possibilidade de fazer greve (5.37) ou a de filiar-se em partidos políticos (5.73) são as que obtêm menor pontuação, mas mesmo assim ainda de valor positivo.

No que diz respeito ao direito de manifestação, 45% dos inquiridos considera que “os militares devem poder manifestar-se publicamente sobre todas as questões”, seguido de 36,2% que acha que “os militares devem poder manifestar-se publicamente apenas sobre questões profissionais”. Apenas 5,3% manifesta a opinião de que “os militares não deveriam poder manifestar-se publicamente sobre nenhuma questão”.

#### **Síntese Bloco B - Forças Armadas Portuguesas**

Em termos gerais, os inquiridos consideram as Forças Armadas muito necessárias, atribuem elevada importância ao seu papel para a Defesa Nacional, referindo-a como a instituição em que mais confiam. Consideram que as Forças Armadas cumprem eficazmente as suas missões e que contribuem para o prestígio internacional do país. Esta imagem positiva é, no entanto, acompanhada pelo reconhecimento de baixos níveis de informação, interesse e conhecimento sobre as Forças Armadas.

A população apoia de forma clara importantes transformações que marcaram a organização militar nas últimas décadas: a diversificação das missões militares (apoiando a realização por parte das Forças Armadas de uma panóplia de missões de tipo muito variado, incluindo as missões de apoio à paz, que aparecem claramente reconhecidas); a instituição do serviço militar exclusivamente voluntário (considerado a melhor opção para fazer face às novas missões, à deslegitimação da conscrição e às exigências tecnológicas), mas composto apenas por cidadãos nacionais; e ainda, a entrada de mulheres nas Forças Armadas e o seu acesso a funções operacionais ou mesmo de combate.

Sendo um assunto sobre o qual perto de metade dos inquiridos não se pronuncia, o orçamento da defesa é considerado adequado ou insuficiente por uma maioria dos inquiridos que manifestam opinião; maior contenção existe, contudo, face à possibilidade de atribuição de mais dinheiro dos orçamentos da defesa para a manutenção das Forças Armadas.

A formação e o emprego nas Forças Armadas são também avaliadas de forma bastante positiva, sobretudo em termos de oportunidades profissionais e prestígio da profissão militar; os aspectos materiais como os salários ou os recursos à disposição dos militares suscitam apreciações menos positivas e podem explicar uma atitude igualmente mais contida face à possibilidade de recomendar um emprego nas Forças Armadas a familiares e amigos.

Uma avaliação dos ramos das Forças Armadas revela apreciações globalmente positivas relativamente a aspectos como a preparação técnica e cívica que oferecem aos seus militares e os equipamentos e meios técnicos de que dispõem, destacando-se a Força Aérea com pontuações médias ligeiramente superiores e o Exército com as menores. A proximidade em relação à população é o aspecto que reúne as pontuações mais baixas para os três ramos, destacando-se neste caso o Exército pela positiva.

Quanto aos direitos dos militares, os inquiridos mostram-se relativamente permissivos, designadamente em termos da liberdade de expressão e manifestação, apoiando ainda, embora moderadamente, um conjunto de outros direitos civis e políticos que aqueles poderiam exercer. Esta atitude vai, no entanto, a par com um apoio moderado (e porventura paradoxal) à legitimidade de existência de restrições no sentido de garantir a neutralidade política ou a disciplina e coesão das Forças Armadas.

## **C. IDENTIDADE NACIONAL E DEFESA**

### ▪ **Orgulho de ser Português**

A maioria dos entrevistados (60,6%) afirma que está bastante ou muito orgulhoso em ser Português, 29% sente-se orgulhoso e apenas 8,5% se declara “pouco orgulhoso” e “nada orgulhoso”.

### ▪ **Sentimento face a símbolos nacionais**

A maioria dos entrevistados (percentagens acima dos 80%) refere que sente emoção (alguma emoção ou uma emoção muito forte) sobretudo “quando ouve o Hino Nacional”, “quando vê a bandeira Portuguesa numa cerimónia ou acontecimento” e, embora com menor expressão, “quando assiste a uma cerimónia de carácter militar, como um desfile, um juramento de bandeira ou qualquer outro acontecimento militar”.

### ▪ **Razões para sacrificar a vida**

Quando inquiridos sobre se existe algo por que considera que merece a pena sacrificar-se, arriscando inclusive a sua vida, os entrevistados dividem-se: 44,7% considera que não, 39,3% que sim e 15,1% não tem uma opinião. Os que consideram que existe algo por que merece a pena sacrificar-se, arriscando inclusive a sua vida, destacam os itens “para salvar a vida de outra pessoa” (70,0%), “pela sua pátria, sua nação, seu país” (39,8%), “pela paz” (36,2%) e “pela liberdade” (34,7%). Ideias políticas e crenças religiosas claramente não levariam os inquiridos a sacrificar-se, arriscando a vida.

### ▪ **Participação na defesa do país**

No caso de Portugal ser atacado militarmente, 32% dos entrevistados estaria provavelmente disposto a participar voluntariamente na defesa do país, 23,8% diria “sim, com toda a certeza”, 17,9% “não, com toda a certeza”, 17,2% “provavelmente não” e 8,5% não manifesta opinião.

#### **Síntese Bloco C- Identidade Nacional e Defesa**

Os inquiridos afirmam sentir orgulho em ser Portugueses, emocionam-se muito perante símbolos nacionais como o hino, a bandeira, ou mesmo cerimónias militares, mas dividem-se quanto à existência de razões para sacrificar a vida (para além da família) ou para participar voluntariamente na defesa colectiva caso o país fosse atacado militarmente.